

Brasil na encruzilhada de pacotes

26 Falta de projeto para o desenvolvimento leva à volta das ajudas setoriais e do perigo da política de socialização de prejuízos

Arte JB

CESAR BAIMA E
NICE DE PAULA

Nos últimos dois meses, o Palácio do Planalto anunciou uma série de medidas para tentar tirar a economia da crise profunda expressa por dois trimestres seguidos de queda do Produto Interno Bruto, entre outros sinais vitais negativos. O cardápio foi da oferta de pequenos empréstimos para a população de baixa renda ao acordo de refinanciamento da bilionária dívida da gigante americana AES, passando pela renúncia de imposto em favor das montadoras e crédito especial para a compra de eletrodomésticos.

O pacote deixa transparecer a ausência de um programa planejado de estímulo ao desenvolvimento do país e a volta da velha prática de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos que, historicamente

vem marcado um certo *capitalismo à brasileira*. – Tudo parece indicar que o Lula adotou a política do durepox, aquela massa que a gente usa em casa para tapar vazamentos, quando não quer fazer uma reforma no banheiro. São medidas de pouca resistência. Lula deixou de ser torneiro mecânico para se tornar um banheiro hidráulico – critica o professor Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cobrando uma política mais consistente de retomada do crescimento.

Mas há os que afirmam que não se pode esquecer que a maior parte das medidas foi para solucionar problemas gerados em outros governo, inclusive o próprio socorro às empresas do setor elétrico.

O problema com as elétricas é resultado de erros do passado que geraram o rationamento e de uma privatização mal feita. Lula ainda nem teve tempo de cometer seus próprios erros, porque ainda está administrando os dos outros –

defende Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Na mesma linha segue Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp:

– Lula primeiro tem que apagar os incêndios para depois cuidar dos problemas estruturais. Frequentemente, quando o Estado intervém, é porque foi obrigado. A privatização do setor elétrico foi muito mal feita e em momento inadequado. É fácil dizer: deixa quebrar. Mas e aí, como fica o país? Sem energia para crescer?

Belluzzo, porém, pondera que o governo não pode se restringir a esse tipo de atuação de resgate de setores eleitos.

– Um política de mão para boca como a de agora é muito ruim e acaba provocando distorções seguidas.

Velloso, por sua vez, considera injusto cobrar um plano de desenvolvimento de um governo que passou os primeiros meses empenhado em domar uma inflação na casa dos 20%, câmbio e risco país galopantes. E diz que, para este ano, ainda há os desafios de concluir a votação das reformas tributária e da Previdência.

– Não se pode exigir um plano de desenvolvimento de um governo que levou oito meses e gastou muita energia para tirar o país da UTI. A partir do ano que vem é que se vai definir a face do governo e vamos ver se serão mantidas as idéias antigas e estatizantes.

Já João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro da Planejamento e presidente do Instituto Nacional de Altos Estudos, defende um meio termo.

– O governo não vai recuar nas privatizações, mas também não vai avançar. O que deve se buscar na infra-estrutura é evoluir para um novo modelo que viabilize parcerias público-privadas em que as empresas tenham compromissos e o governo garantias dos créditos.

Cada setor, sua medida

REDUÇÃO DO IPI

Em agosto, o governo reduziu em **três pontos percentuais** o Imposto sobre Produtos Industrializados para os carros populares e veículos de até 2 mil cilindradas. A medida vale até 30 de novembro

FINANCIAMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS

O governo liberou **R\$ 200 milhões** do Fundo de Amparo ao Trabalhador para financiar a compra de fogões, geladeiras, máquinas de lavar, televisores, som e DVDs com juros a **2,53%** ao mês. O valor máximo do crédito é de **R\$ 900**

EMPRÉSTIMO COM DESCONTO EM FOLHA

Resultado de acordo entre bancos e empresas, vai beneficiar trabalhadores com carteira assinada. Como risco de calote cai, os juros cobrados pelos bancos variam de **2%** a **4%** mensais

MICROCRÉDITO

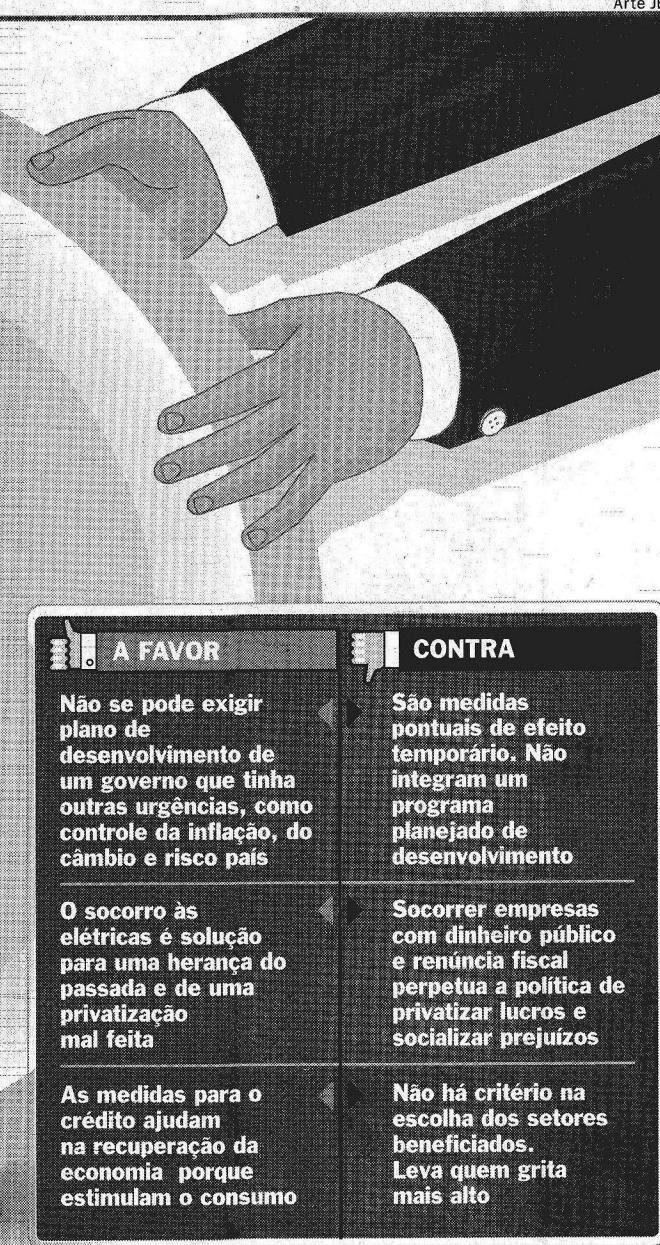
Empréstimos de **R\$ 200 a R\$ 600** com juros de até **2%** ao mês para trabalhadores de baixa renda. Os recursos vêm de parte (**2%**) dos depósitos à vista que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central

SOCORRO ÀS ELÉTRICAS

O BNDES vai emprestar mais **R\$ 3 bilhões** para **24 distribuidoras** de energia, para compensá-las pelas perdas com o rationamento de 2001. As empresas terão até 10 anos para quitar o empréstimo. A ajuda total já soma **R\$ 13,3 bilhões**

AES

O BNDES fechou acordo com a empresa americana AES, controladora da Eletropaulo, para transformar metade da dívida de **US\$ 1,2 bilhão** da empresa com o banco em sociedade numa nova empresa, a Novacom. Do restante da dívida, apenas **US\$ 60 milhões** deverão ser pagos agora. **US\$ 540 milhões** serão refinanciados em mais 12 anos, com possibilidade de perdão de juros de mora



A FAVOR

Não se pode exigir plano de desenvolvimento de um governo que tinha outras urgências, como controle da inflação, do câmbio e risco país

O socorro às elétricas é solução para uma herança do passado e de uma privatização mal feita

As medidas para o crédito ajudam na recuperação da economia porque estimulam o consumo

CONTRA

São medidas pontuais de efeito temporário. Não integram um programa planejado de desenvolvimento

Socorrer empresas com dinheiro público e renúncia fiscal perpetua a política de privatizar lucros e socializar prejuízos

Não há critério na escolha dos setores beneficiados. Leva quem grita mais alto